

TAREFA PARA O SUPER-SARNEY

O presidente quer controlar os gastos públicos pessoalmente e discutir com todas as lideranças os novos rumos da economia

O presidente Sarney quer acompanhar pessoalmente o comportamento dos gastos públicos. Para tanto, adotou ontem duas providências: a primeira seguiu através de um memorando encaminhado ao secretário do Tesouro Nacional, Andrea Sandro Calabi, pedindo providências imediatas que o permita acompanhar semanalmente o desempenho dos gastos federais; a segunda, através de uma ordem ao seu secretário particular, Jorge Murad, para que providencie a criação de um programa de acompanhamento dos gastos públicos, por computador, a partir dos dados fornecidos pela Secretaria do Tesouro.

Através de um terminal instalado no gabinete do seu secretário particular, o presidente Sarney vai acompanhar, passo a passo, a evolução dos gastos públicos. Segundo o seu pensamento, deste modo o governo estará iniciando um verdadeiro corpo a corpo contra o crescimento do déficit público.

O controle dos gastos do governo, segundo entende o presidente da República, deve ser o ponto principal da nova estratégia de ajustamento da economia. Assim, segundo entende, o governo vai estar atuando nas causas estruturais da inflação, criando condições para que ela reverta suas expectativas no curto prazo.

Além da leitura semanal da posição dos gastos públicos, o presidente Sarney determinou ao ministro João Sayad, do Planejamento, que ele faça uma análise dos dados disponíveis, também semanalmente. Um assessor do presidente Sarney disse ontem no Palácio do Planalto que quem não estiver, desta vez, acreditando no combate efetivo ao déficit público vai tomar um choque, porque virão aí medidas fortes.

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, está desde sábado entregue a um trabalho de pesquisa sobre a concessão de subsídios em países como França, Itália

e Espanha. Desse trabalho vai sair um documento informativo que vai servir de base para o novo projeto de lei que o governo pretende encaminhar ao Congresso Nacional, traçando um outro perfil para os subsídios governamentais. De acordo com as linhas-mestras deste trabalho, somente serão tolerados os subsídios considerados pela sociedade como absolutamente indispensáveis e prioritários.

O novo plano de estabilização econômica do governo, entretanto, segundo se informa no Palácio do Planalto, não vai se limitar apenas ao controle dos gastos públicos. O presidente pensa também em consideráveis avanços ao lado da receita, principalmente impondo uma política realista de preços para os serviços e produtos das empresas estatais.

Além disso, quer ainda promover uma ampla consulta à classe política e a todas as lideranças da sociedade sobre os novos rumos da política econômica. E isto começa

a ser feito pessoalmente pelo presidente Sarney a partir de amanhã, quando decidiu concentrar esforços nestas consultas, suspendendo da sua agenda até o dia 16 de março todos os despachos habituais — para que sobre mais tempo para receber políticos e líderes dos diversos segmentos da sociedade.

O presidente quer discutir sobre tudo: gastos públicos, impostos, dívida interna e externa, taxas de juros, investimentos, política industrial, política agrícola, salário, emprego, crescimento econômico, reforma ministerial etc.

No memorando que encaminhou ontem ao secretário do Tesouro Nacional, o presidente Sarney diz o seguinte: "Dr. Calabi, peço-lhe providenciar, imediatamente, a montagem de um sistema de acompanhamento das receitas e despesas da União, que me permita verificar semanalmente o desempenho dos gastos federais e, desse modo, viabilizar o compro-

missão que assumi perante a Nação de controle do déficit público".

As medidas que o governo pretende anunciar para controlar as despesas públicas serão, a princípio, temporárias, por um prazo de



seis meses, quando serão avaliados os seus efeitos sobre o comportamento da economia do País. A informação foi dada ontem pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel.